

1.000

QUESTÕES PARA A

TJ-PR

TÉCNICO JUDICIÁRIO

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	13
→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS	13
→ ACENTUAÇÃO.....	14
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	20
→ SUBSTANTIVO	26
→ ADJETIVO	27
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	29
→ ADVÉRBIO	34
→ PREPOSIÇÃO.....	36
→ CONJUNÇÃO.....	39
→ COLOCAÇÃO PRONOMINAL	43
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	45
→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES.....	47
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	49
→ CRASE.....	51
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	54
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC)	57
→ FIGURAS DE LINGUAGEM	62
→ VOCÁBULO “QUE”	64
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	67
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	98
→ REDAÇÃO OFICIAL - DEFINIÇÃO E ATRIBUTOS DA REDAÇÃO OFICIAL	102
→ CONCEITOS, USO E CONCORDÂNCIA (PRONOMES DE TRATAMENTO).....	102
→ VOCATIVOS	104
→ FECHOS E IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO.....	104
→ DEFINIÇÃO DE PADRÃO OFÍCIO E DOCUMENTOS.....	104
→ PARTES DO DOCUMENTO (PADRÃO OFÍCIO)	104
→ FORMATAÇÃO (PÁGINAS, TEXTO, NUMERAÇÃO)	105
→ GABARITO 	106

MATEMÁTICA 109

→ MATEMÁTICA - NÚMEROS NATURAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES.....	109
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	109
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	110
→ NÚMEROS INTEIROS (PROPRIEDADES, OPERAÇÕES, MÓDULO, ETC)	110
→ NÚMEROS RACIONAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES	111
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	111
→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	111
→ PORCENTAGEM.....	112
→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS	113
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	113
→ REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	114
→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU	114
→ EQUAÇÕES DE SEGUNDO GRAU E EQUAÇÕES BIQUADRADAS	115
→ RACIOCÍNIO LÓGICO - PROPOSIÇÕES: DEFINIÇÃO, RECONHECIMENTO, PRINCÍPIOS LÓGICOS	115
→ OPERADORES LÓGICOS (REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA; DIFERENÇA ENTRE PROPOSIÇÃO SIMPLES E COMPOSTA).....	115
→ TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	116
→ TAUTOLOGIA, CONTRADIÇÃO E CONTINGÊNCIA.....	116
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	117
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE	117
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	118
→ RACIOCÍNIO CRÍTICO	118
→ OUTRAS QUESTÕES DE LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO	119
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS.....	119
→ GABARITO 	120

INFORMÁTICA 123

→ INFORMÁTICA - CONCEITOS GERAIS DE INFORMÁTICA E INTRODUÇÃO	123
→ WINDOWS 10.....	124
→ WINDOWS 11.....	126
→ WORD 2019.....	127
→ EXCEL 2019.....	127
→ POWERPOINT 2019	128
→ CONCEITOS DE INTERNET.....	128
→ MOZILLA FIREFOX.....	129
→ GOOGLE CHROME.....	129
→ MICROSOFT EDGE.....	130
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	131
→ FIREWALL E PROXY	133
→ ANTIVÍRUS E ANTISPYWARE	133

→ TI - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - SISTEMAS DE APRENDIZADO DE MÁQUINA	134
→ PROCESSAMENTO DE LINGUAGEM NATURAL (IA)	134
→ GABARITO 	134

LEGISLAÇÃO.....137

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.527/2011).....	137
→ DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO (ARTS. 6º A 9º DA LEI Nº 12.527/2011)	137
→ DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 10 A 20 DA LEI Nº 12.527/2011).....	138
→ DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 21 A 31 DA LEI Nº 12.527/2011)	139
→ DAS RESPONSABILIDADES (ARTS. 32 A 34 DA LEI Nº 12.527/2011)	140
→ TÓPICOS MESCLADOS DA LEI Nº 12.527/2011	140
→ CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ.....	141
→ DIREITO DIGITAL - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º AO 6º DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	141
→ DADOS REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 7º AO 10 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	143
→ DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS (ARTS. 11 AO 13 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	143
→ DOS DIREITOS DO TITULAR (ARTS. 17 AO 22 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD)	143
→ DAS REGRAS PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 23 AO 30 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	143
→ GABARITO 	144

DIREITO CONSTITUCIONAL.....145

→ CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ESTRUTURA, SUPREMACIA E CLASSIFICAÇÃO.....	145
→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	146
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	147
→ MANDADO DE SEGURANÇA.....	149
→ AÇÃO POPULAR	149
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)	150
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988).....	150
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	151
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....	151
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE)	152
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	152
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	153
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	153
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).....	153
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	154
→ ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988).....	156
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	156

→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988)	157
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988)	158
→ DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 44 A 47 DA CF/1988)	160
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 48 A 50 DA CF/1988)	160
→ DO PRESIDENTE E VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 76 A 83 DA CF/1988)	160
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988)	161
→ ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO (ART. 92 DA CF/1988)	161
→ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF (ARTS. 101 A 103 DA CF/1988)	161
→ DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ (ART. 103-B DA CF/1988)	162
→ DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ (ARTS. 104 E 105 DA CF/1988)	163
→ GABARITO 	163

DIREITO ADMINISTRATIVO165

→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS	165
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS	166
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS)	166
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	167
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	167
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO)	168
→ PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO	168
→ PODER DISCIPLINAR	168
→ PODER DE POLÍCIA	169
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO)	169
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	170
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	170
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO	172
→ CARACTERÍSTICAS DOS BENS PÚBLICOS	173
→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	173
→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS	173
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992)	173
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992)	174
→ DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 3º DA LEI ESTADUAL Nº 20.656/2021)	177
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021)	177
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021)	178
→ INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO (ARTS. 18 A 27 DA LEI Nº 14.133/2021)	178
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021)	179
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133/2021)	180
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021)	181
→ GABARITO 	183

DIREITO CIVIL.....185

→ DIREITO CIVIL (CONCEITO, OBJETO, PRINCÍPIOS, FONTES, HISTÓRICO, ETC)	185
→ DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE (ARTS. 1º A 10)	185
→ DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE (ARTS. 11 A 21).....	186
→ DA AUSÊNCIA DAS PESSOAS NATURAIS (ARTS. 22 A 39)	186
→ DISPOSIÇÕES GERAIS - PESSOAS JURÍDICAS (ARTS. 40 A 52).....	186
→ DAS ASSOCIAÇÕES (ARTS. 53 A 61)	187
→ DAS FUNDAÇÕES (ARTS. 62 A 69).....	187
→ DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	188
→ DOMICÍLIO DAS PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS (ARTS. 70 A 78)	188
→ CLASSIFICAÇÃO DOS BENS (ART. 79 A 97)	188
→ BENS PÚBLICOS (ARTS. 98 A 103).....	189
→ NEGÓCIO JURÍDICO. CLASSIFICAÇÕES. DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 104 A 114)	190
→ DA CONDIÇÃO, TERMO E ENCARGO (ARTS. 121 A 137) - ELEMENTOS ACIDENTAIS	190
→ DEFEITOS OU VÍCIOS DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 138 A 165).....	191
→ INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 166 A 184).....	191
→ PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA (ARTS. 189 A 211).....	192
→ DO DIREITO À SAÚDE (ARTS. 15 AO 19 DA LEI Nº 10.741/2003)	192
→ DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (ARTS. 33 AO 36 DA LEI Nº 10.741/2003).....	193
→ DA HABITAÇÃO (ARTS. 37 E 38 DA LEI Nº 10.741/2003)	193
→ DO TRANSPORTE (ARTS. 39 AO 42 DA LEI Nº 10.741/2003).....	193
→ DO ACESSO À JUSTIÇA (ARTS. 69 AO 92 DA LEI Nº 10.741/2003).....	194
→ DIREITOS HUMANOS - DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º AO 3º DA LEI Nº 13.146/2015)	194
→ DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO (ARTS. 4º AO 9º DA LEI Nº 13.146/2015).....	194
→ DO DIREITO À EDUCAÇÃO (ARTS. 27 A 30 DA LEI Nº 13.146/2015).....	195
→ DO DIREITO À MORADIA (ARTS. 31 A 33 DA LEI Nº 13.146/2015).....	195
→ DO DIREITO AO TRABALHO (ARTS. 34 A 38 DA LEI Nº 13.146/2015)	195
→ DO DIREITO À ASSISTÊNCIA E À PREVIDÊNCIA SOCIAL (ARTS. 39 A 41 DA LEI Nº 13.146/2015).....	196
→ DO DIREITO À CULTURA, AO ESPORTE, AO TURISMO E AO LAZER (ARTS. 42 A 45 DA LEI Nº 13.146/2015).....	196
→ DO DIREITO AO TRANSPORTE E À MOBILIDADE (ARTS. 46 A 52 DA LEI Nº 13.146/2015).....	196
→ DA ACESSIBILIDADE (ARTS. 53 AO 76 DA LEI Nº 13.146/2015).....	197
→ DO ACESSO À JUSTIÇA (ARTS. 79 A 87 DA LEI Nº 13.146/2015)	197
→ DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS (ARTS. 92 AO 95 DA LEI Nº 13.146/2015).....	197
→ GABARITO 	198

DIREITO PROCESSUAL CIVIL..... 199

→ DIREITO PROCESSUAL CIVIL - PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CIVIS (ARTS. 1º A 12 E CF/1988)	199
→ DA JURISDIÇÃO (ART. 16).....	199
→ DA AÇÃO (ARTS. 17 A 20).....	199
→ DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (ARTS. 21 A 41)	200

→ DA COMPETÊNCIA INTERNA (ARTS. 42 A 69).....	200
→ DA CAPACIDADE PROCESSUAL (ARTS. 70 A 76).....	201
→ DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES (ARTS. 77 A 102).....	201
→ DOS PROCURADORES (ARTS. 103 A 107)	202
→ DO LITISCONSÓRCIO (ARTS. 113 A 118).....	202
→ DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS (ARTS. 119 A 138)	202
→ DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO (ARTS. 144 A 148)	203
→ DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA (ART. 149 A 175)	203
→ DO MINISTÉRIO PÚBLICO (ARTS. 176 A 181).....	203
→ DA ADVOCACIA PÚBLICA (ARTS. 182 A 184).....	204
→ DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 188 A 211).....	204
→ DOS PRAZOS (ARTS. 218 A 235).....	205
→ DAS NULIDADES (ARTS. 276 A 283)	206
→ DA PETIÇÃO INICIAL (ARTS. 319 A 331).....	206
→ DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO (ART. 332)	206
→ DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO (ART. 334).....	207
→ DA CONTESTAÇÃO (ARTS. 335 A 342).....	207
→ DA RECONVENÇÃO (ART. 343)	207
→ DA REVELIA (ARTS. 344 A 346)	207
→ DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E DO SANEAMENTO (ARTS. 347 A 353)	207
→ DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO (ARTS. 354 A 357)	208
→ DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO (ARTS. 358 A 368).....	208
→ DA PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA (ARTS. 381 A 383).....	208
→ DA PROVA PERICIAL (ARTS. 464 A 480).....	208
→ TÓPICOS MESCLADOS DO CAPÍTULO “DAS PROVAS”	208
→ DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA (ARTS. 485 A 508).....	209
→ DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA (ARTS. 509 A 512)	209
→ LEGISLAÇÃO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL ESPECIAL - LEI Nº 9.099/1995 - JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS209	
→ LEI Nº 12.153/2009 - JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA	209
→ GABARITO 	210

DIREITO PENAL..... 211

→ PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E ANTERIORIDADE PENAL E DEMAIS PRINCÍPIOS DECORRENTES (ART. 1º DO CP).....	211
→ PRINCÍPIOS MODERNOS DE DIREITO PENAL.....	211
→ LEI PENAL (CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO, CARACTERÍSTICAS, INTERPRETAÇÃO).....	211
→ CONFLITOS DE LEIS PENAS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP).....	212
→ CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAS (ART. 12 DO CP)	212
→ PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE (ART. 7º DO CP).....	213
→ IMPUTABILIDADE PENAL (ARTS. 26 A 28 DO CP).....	213
→ CONCURSO DE PESSOAS (ARTS. 29 A 31 DO CP).....	213

→ CONCURSO DE CRIMES (ARTS. 69 A 76 DO CP).....	214
→ CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE (ARTS. 107 E 120 DO CP)	214
→ DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 108 A 119 DO CP).....	214
→ FUNCIONÁRIO PÚBLICO PARA FINS PENAIIS (ART. 327 DO CP).....	215
→ PECULATO (ART. 312 DO CP)	215
→ PECULATO MEDIANTE ERRO DE OUTREM (ART. 313 DO CP).....	216
→ CONCUSSÃO E EXCESSO DE EXAÇÃO (ART. 316 DO CP)	216
→ CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP).....	216
→ CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA (ART. 320 DO CP).....	217
→ DENUNCIÇÃO CALUNIOSA (ART. 339 DO CP).....	217
→ QUESTÕES MESCLADAS SOBRE CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA (ARTS. 338 A 359 DO CP).....	217
→ DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS (ARTS. 359-A A 359-H DO CP)	217
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - LEI Nº 7.716/1989 - CRIMES DE PRECONCEITO DE RAÇA OU COR	218
→ LEI Nº 8.072/1990 - CRIMES HEDIONDOS.....	218
→ DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (ARTS. 5º A 7º DA LEI Nº 11.340/2006).....	219
→ DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (ARTS. 8º A 12 DA LEI Nº 11.340/2006)	220
→ DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (ARTS. 18 A 24-A DA LEI Nº 11.340/2006).....	220
→ DA PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO, ATENÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL (ARTS. 18 A 30 DA LEI Nº 11.343/2006)	221
→ DISPOSIÇÕES GERAIS E DOS CRIMES (ARTS. 31 A 47 DA LEI Nº 11.343/2006)	221
→ DO PROCEDIMENTO PENAL E DA APREENSÃO, ARRECADAÇÃO E DESTINAÇÃO DE BENS DO ACUSADO (ARTS. 48 A 64 DA LEI Nº 11.343/2006)	222
→ LEI Nº 13.869/2019 - LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE (ANTIGA LEI Nº 4.898/1965).....	222
→ GABARITO 	223

DIREITO PROCESSUAL PENAL..... 225

→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS	225
→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP)	226
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62 DO CPP)	228
→ JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA - CONCEITOS GERAIS	230
→ TEORIA GERAL DA PROVA PENAL (ARTS. 155 A 157 DO CPP)	230
→ DO EXAME DE CORPO DE DELITO, DA CADEIA DE CUSTÓDIA E DAS PERÍCIAS EM GERAL (ARTS. 158 A 184 DO CPP)	231
→ DAS TESTEMUNHAS (ARTS. 202 A 225 DO CPP).....	232
→ DOS DOCUMENTOS (ARTS. 231 A 238 DO CPP).....	232
→ DOS INDÍCIOS (ART. 239 DO CPP).....	233
→ DA BUSCA E APREENSÃO (ARTS. 240 A 250 DO CPP).....	233
→ DISPOSIÇÕES GERAIS E PRISÃO ESPECIAL (ARTS. 282 A 300 DO CPP).....	233
→ DA PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 301 A 310 DO CPP)	233

→ DA PRISÃO PREVENTIVA (ARTS. 311 A 316 DO CPP)	234
→ DA PRISÃO DOMICILIAR (ARTS. 317 E 318 DO CPP)	234
→ DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO (ARTS. 319 A 320 DO CPP)	234
→ ALCANCE DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO (ART. 394 DO CPP)	234
→ FASE POSTULATÓRIA (ARTS. 395 A 397 DO CPP)	235
→ FASE INSTRUTÓRIA (ARTS. 399 A 405 DO CPP)	235
→ FASE DECISÓRIA E SENTENÇA PENAL (ARTS. 381 A 392 DO CPP)	235
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DO CONDENADO E DO INTERNADO (ARTS. 5º A 60 DA LEI Nº 7.210/1984)	235
→ DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS (ART. 82 A 104 DA LEI Nº 7.210/1984)	236
→ DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE (ARTS. 105 A 170 DA LEI Nº 7.210/1984)	237
→ LEI Nº 7.960/1989 - PRISÃO TEMPORÁRIA	238
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 60 A 62 DA LEI Nº 9.099/1995)	238
→ DA FASE PRELIMINAR (ARTS. 69 A 76 DA LEI Nº 9.099/1995)	239
→ DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO (ARTS. 77 A 83 DA LEI Nº 9.099/1995)	239
→ GABARITO 	240

DIREITO CONSTITUCIONAL

→ CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ESTRUTURA, SUPREMACIA E CLASSIFICAÇÃO

1. (Instituto AOCF – 2024) Considerando as variadas acepções que podem ser utilizadas para definir o termo “Constituição” e seus respectivos expoentes/defensores, relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.

1. Sentido político.
 2. Sentido sociológico.
 3. Sentido culturalista.
 4. Sentido jurídico.
- () J. H. Meirelles Teixeira.
 () Hans Kelsen.
 () Carl Schmitt.
 () Ferdinand Lassalle.
- a) 4 – 2 – 1 – 3.
 - b) 1 – 4 – 3 – 2.
 - c) 3 – 1 – 2 – 4.
 - d) 4 – 3 – 2 – 1.
 - e) 3 – 4 – 1 – 2.

2. (Instituto AOCF – 2024) Considere as seguintes características de determinada Constituição:

- quanto à estabilidade, somente pode ser modificada pelo mesmo poder constituinte responsável por sua elaboração, quando convocado para isso;
- quanto à extensão, estabelece minúcias, prevendo regras que deveriam constar em leis infraconstitucionais; e
- quanto à dogmática, adota apenas uma ideologia informadora de suas concepções, rechaçando a conciliação de valores e/ou ideias.

Nesse caso, de acordo com as características apresentadas, é correto afirmar que tal Constituição pode ser classificada, respectivamente, como

- a) rígida, prolixa e ortodoxa.
- b) rígida, sumária e dogmática.
- c) super-rígida, prolixa e outorgada.
- d) semirrígida, clássica e eclética.
- e) fixa, analítica e ortodoxa.

3. (Instituto AOCF – 2023) A Constituição da República de 1988 pode ser classificada como

- a) rígida, escrita e promulgada.
- b) semirrígida, escrita e promulgada.
- c) flexível, escrita e promulgada.
- d) semirrígida, escrita e outorgada.

4. (Instituto AOCF – 2023) Sobre os diferentes conceitos de constituição, é correto afirmar que Ferdinand Lassalle, ao afirmar que a constituição efetiva de um país é a soma dos fatores reais do poder que regem uma nação, idealizou a constituição em seu sentido

- a) político.
- b) sociológico.
- c) jurídico.
- d) culturalista.
- e) normativo.

5. (Instituto AOCF – 2023) Em relação às classificações constitucionais, relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.

1. Constituições prolixas.
 2. Constituições rígidas.
 3. Constituições sumárias.
 4. Constituições fixas.
- () Somente podem ser modificadas mediante procedimentos mais solenes e complexos que o processo legislativo ordinário.
 () Veiculam apenas princípios fundamentais e estruturais do Estado.
 () Consagram matérias estranhas ao direito constitucional, estabelecendo minúcias típicas de legislação ordinária.
 () Só podem ser alteradas pelo mesmo poder constituinte responsável por sua elaboração, quando convocado para isso.
- a) 1 – 3 – 4 – 2.
 - b) 2 – 1 – 3 – 4.
 - c) 2 – 3 – 1 – 4.
 - d) 4 – 1 – 3 – 2.
 - e) 4 – 2 – 1 – 3.

6. (Instituto AOCF – 2023) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 pode ser classificada em

- a) analítica, quanto ao seu conteúdo.
- b) não escrita, quanto à sua forma.
- c) sintética, quanto à sua extensão.
- d) imutável, quanto à sua alterabilidade.
- e) promulgada, quanto à sua origem.

7. (Instituto AOCF – 2022) No que concerne às diversas classificações existentes para a Constituição, preencha a lacuna e assinale a alternativa correta.

“Enfim, as Constituições _____ são simples reflexos da realidade política, servindo como mero instrumento dos donos do poder e das elites políticas, sem limitação do seu conteúdo.”.

- a) semânticas
- b) normativas
- c) nominalistas
- d) dogmáticas
- e) flexíveis

8. (Instituto AOCF – 2022) Considere que determinada Constituição tenha sido imposta, unilateralmente, pelo atual governante (que não possui legitimidade popular), tratando sobre os mais diversos assuntos, inclusive de pormenores que deveriam constar em leis infraconstitucionais. Nesse cenário, de acordo com as características apresentadas, é correto afirmar que a referida Constituição pode ser classificada, respectivamente, como

- a) promulgada e sintética.
- b) dualista e costumeira.
- c) preceitual e flexível.
- d) cesarista e sumária.
- e) outorgada e analítica.

9. (Instituto AOCF – 2022) Assinale a alternativa correta acerca da classificação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- a) Quanto à origem, é outorgada porque foi eleita diretamente pelo povo, sendo, assim, democrática.
- b) Quanto à extensão, é sintética, visto que é enxuta e não tece minúcias, motivo pelo qual é mais duradoura.
- c) Quanto ao modo de elaboração, é dogmática porque se baseia em teorias, planos e sistemas prévios e foi criada de uma só vez por uma Assembleia Constituinte.
- d) Quanto à alterabilidade, é imutável porque algumas matérias exigem um processo de alteração mais dificultoso do que aquele exigido para as leis infraconstitucionais.
- e) Quanto à dogmática, é ortodoxa porque é formada por ideologias distintas que se unem em um mesmo contexto.

10. (Instituto AOCF – 2022) De acordo com a doutrina, as constituições podem ser classificadas quanto à estabilidade. Assinale a alternativa correta em relação aos tipos de constituição.

- a) São super rígidas as constituições consideradas relíquias históricas, nas quais se veda qualquer alteração em seu texto.
- b) As constituições semirrígidas são as que, em parte, exigem procedimento especial e, em parte, exigem procedimento simples para a sua modificação.
- c) São classificadas como sintéticas as constituições que permitem sua modificação através dos mesmos processos utilizados nas demais normas.
- d) As constituições nas quais as regras somente poderão ser alteradas pelo procedimento simples são denominadas rígidas.
- e) São classificadas como históricas as constituições que são um produto escrito e sistematizado por um órgão constituinte e que se altera por meio de procedimento simples.

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988)

11. (Instituto AOCF – 2024) Conforme previsto nos quatro primeiros artigos da Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são fundamentos da República Federativa do Brasil.
- b) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- c) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a autodeterminação dos povos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- d) Construir uma sociedade livre, justa e solidária, bem como garantir o desenvolvimento nacional são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- e) A não intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos são alguns dos princípios pelos quais a República Federativa do Brasil se rege nas suas relações internacionais.

12. (Instituto AOCF – 2024) Assinale a alternativa correta conforme previsto na Constituição da República Federativa do Brasil.

- a) A República Federativa do Brasil tem como fundamentos a soberania e a independência nacional.
- b) São Poderes da União, dependentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- c) Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil garantir o desenvolvimento internacional.
- d) Prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, igualdade entre os Estados e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade são princípios pelos quais a República Federativa do Brasil se rege nas suas relações internacionais.
- e) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais são fundamentos da República Federativa do Brasil.

13. (Instituto AOCF – 2023) Com base na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que a defesa da paz, a igualdade entre os Estados e a prevalência dos direitos humanos são

- a) objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- b) direitos e garantias fundamentais.
- c) fundamentos da República Federativa do Brasil.
- d) Poderes do Estado Democrático de Direito.
- e) princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.

14. (Instituto AOCF – 2023) Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa que apresenta corretamente um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

- a) Independência nacional.
- b) Pluralismo político.
- c) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- d) Garantir o desenvolvimento nacional.
- e) Solução pacífica dos conflitos.

15. (Instituto AOCF – 2022) Acerca dos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Nas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se, dentre outros, pelo princípio da solução pacífica de conflitos.
- b) Está entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil o pluralismo político.
- c) Um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

- d) A República Federativa do Brasil tem como princípio a independência nacional em relação às relações internacionais.
- e) A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

16. (Instituto AOCB – 2022) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento, dentre outros,

- a) a cidadania.
- b) a desportividade.
- c) a integração regional.
- d) a dignidade dos animais domesticáveis.
- e) o respeito às instituições judiciárias eleitorais.

17. (Instituto AOCB – 2022) Na seção de princípios fundamentais, a Constituição determina suas diretrizes primordiais. Nesse sentido, constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil

- a) administrar o erário e distribuí-lo de forma assistencial.
- b) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- c) garantir a idoneidade do sistema eleitoral.
- d) promover o diálogo entre empresas públicas e associações desportivas.
- e) premiar inovações tecnológicas.

18. (Instituto AOCB – 2022) Em relação aos princípios fundamentais que regem a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- b) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.
- c) Entre os fundamentos da República Federativa do Brasil, está a dignidade da pessoa humana e a cidadania.
- d) A construção de uma sociedade justa, livre e solidária bem como a garantia do desenvolvimento nacional se enquadram nos princípios do Estado Democrático de Direito.
- e) A defesa da paz, o repúdio ao terrorismo e ao racismo e a cooperação dos povos para o progresso da humanidade constam no rol de princípios que regem o Brasil nas suas relações internacionais.

19. (Instituto AOCB – 2022) Uma sociedade justa, livre e solidária é um dos objetivos fundamentais da atual Constituição Federal. Acerca do tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos definidos pela CF/88.
- b) A prevalência dos direitos humanos, a igualdade entre os Estados e a defesa da paz são alguns dos princípios que regem o Brasil em suas relações internacionais.
- c) A garantia do desenvolvimento nacional e a promoção do bem-estar de todos sem preconceitos ou qualquer forma de discriminação constituem, dentre outros, objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- d) Visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações, o Brasil buscará apenas a integração política com os povos da América Latina.

- e) Dentre os fundamentos da República Federativa do Brasil, estão compreendidos a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

20. (Instituto AOCB – 2022) Bruno e Angelina estão estudando arduamente para concursos públicos e encontram algumas dificuldades para entender os princípios, fundamentos e objetivos que constituem um Estado Democrático de Direito. Tendo isso em vista, assinale a alternativa correta.

- a) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa constituem um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- b) A integração cultural não faz parte dos objetivos da República Federativa do Brasil no que diz respeito à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- c) A redução das desigualdades sociais e regionais está inserida nos princípios que regem as relações internacionais com os países norte-americanos.
- d) A concessão de asilo político é um princípio elencado em lei complementar, não sendo abordado na CF/88.
- e) A independência nacional constitui impedimento para a execução dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil.

→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988)

21. (Instituto AOCB – 2024) Segundo o disposto na Constituição da República, para que sejam equivalentes às emendas constitucionais, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos devem ser aprovados

- a) pela maioria absoluta dos membros do Conselho Nacional de Justiça, em único turno.
- b) por dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal, em dois turnos.
- c) por dois terços dos membros do Senado Federal, em dois turnos.
- d) pela maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados, em único turno.
- e) em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

22. (Instituto AOCB – 2024) Considere a existência de um tratado internacional, cujas regras disciplinam a proteção aos direitos humanos, e que, dada a importância, há interesse de que ele ingresse na ordem jurídica brasileira. À luz da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta quanto aos requisitos necessários para que esse tratado seja incorporado ao ordenamento jurídico nacional como emenda constitucional.

- a) Aprovação em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, sendo aprovado pelo voto da maioria absoluta dos respectivos membros.
- b) Aprovação em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único de votação, sendo aprovado se obtiver três quintos dos votos dos respectivos membros.
- c) Aprovação em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, sendo aprovado se obtiver três quintos dos votos dos respectivos membros.
- d) Aprovação em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único de votação, sendo aprovado se obtiver a maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
- e) Aprovação em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, sendo aprovado pelo voto da maioria simples dos respectivos membros.